



**europ
assistance**
you live we care



**EUROP ASSISTANCE
COMPANHIA PORTUGUESA
DE SEGUROS, S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS

2013



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2013.

1- ENVOLVENTE EXTERNA

A economia portuguesa prosseguiu no ano de 2013 com o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Este processo tem implicado a adopção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada do sector privado, factores que determinaram uma forte contracção da procura interna. A prossecução do Programa de Assistência Económica e Financeira tem decorrido num enquadramento internacional desfavorável, marcado pela estabilização da actividade económica nos principais parceiros comerciais e pela manutenção da fragmentação financeira na área do euro. Não obstante, as exportações de bens e serviços têm revelado uma robustez assinalável, reflectida em ganhos de quota de mercado muito significativos que traduzem uma capacidade notável de adaptação do sector produtivo português.

A actividade económica terá contraído 1,5 por cento em 2013, o que implica uma queda acumulada de cerca de 6 por cento no período de 2011 a 2013. Esta evolução ocorre num ambiente de níveis de desemprego muito elevados e de baixas pressões inflacionistas, com uma taxa de inflação de 0,5% em 2013 resultante, em grande medida, da dissipação do impacto de medidas de consolidação orçamental implementadas em 2012, em particular o aumento da tributação indirecta e dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

A actividade seguradora, nos Ramos Não Vida, apresentou uma quebra da produção de seguro directo, na ordem de 3,1 por cento, sendo que no Ramo Automóvel, aquele que tem um maior impacto directo na actividade da Europ Assistance, se verificou um decréscimo de 5,8 por cento.

No ano de 2013 foram vendidos em Portugal 126.684 veículos automóveis novos, o que se traduziu num crescimento de 11,7 por cento face a 2012. Apesar do crescimento registado, o mercado automóvel encontra-se substancialmente abaixo dos níveis de 2011 (no qual se registaram 191.362 veículos vendidos) e de anos anteriores, sendo de assinalar que o volume de vendas verificado em 2012 foi anormalmente baixo.

2- SINTESE DA ACTIVIDADE

Apesar de uma conjuntura económica bastante adversa, a Europ Assistance atingiu os principais objectivos definidos para o ano de 2013, que consistiam em manter a liderança do mercado de assistência em Portugal e obter níveis de rentabilidade que permitam uma remuneração adequada aos accionistas.

Os prémios brutos emitidos atingiram os 52,4 milhões de euros, em linha com o registado no exercício anterior, e os prémios adquiridos líquidos de resseguro atingiram os 52,9 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de 3,2 por cento relativamente ao ano transacto.

Esta performance resulta de se ter prosseguido com a estratégia de privilegiar a manutenção da base de clientes existente, através de um acompanhamento permanente que procura a todo o momento responder às necessidades dos clientes com a apresentação de soluções inovadoras e que proporcionem valor acrescentado. Apesar de se manter uma concentração da produção nas linhas de negócio ligadas ao automóvel, com produtos num estágio de maturidade mais avançado e, conseqüentemente, com maior pressão sobre as margens, tem-se procurado diversificar a oferta com a apresentação de produtos inovadores ligados a outras linhas de negócio como a saúde e o lar & família.

No exercício de 2013 observou-se um acréscimo do rácio de sinistralidade que, de 79,4 por cento em 2012, passou para 81,3 por cento em 2013. Foram abertos cerca de 975 mil processos de

assistência, dos quais mais de 460 mil com custo externo associado. A nossa central de atendimento telefónico recebeu mais de 2,1 milhões de chamadas.

Ao nível dos custos e gastos de exploração prosseguiu-se com a política de racionalização e optimização de recursos, que permitiu a obtenção de importantes poupanças e redução de gastos.

A política de investimentos adoptada pela Europ Assistance em 2013 seguiu as regras de prudência estabelecidas pelos seus accionistas, que privilegiam uma cuidada avaliação do risco associado aos activos. A carteira reparte-se por cerca de 55% de obrigações de taxa fixa, das quais 26% relativas a títulos de dívida pública e equiparados, com predominância de títulos de dívida alemã e supranacionais, e cerca de 30% de obrigações de taxa variável. Ao longo de 2013 manteve-se uma exposição a acções na ordem dos 9%. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating “BBB” e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, no caso apenas dólares americanos, de perto de 10 por cento. No final do exercício, o peso total de aplicações em entidades portuguesas é residual, representando pouco mais de 1 por cento da carteira de investimentos.

O resultado financeiro regista uma significativa melhoria face ao exercício anterior, para o qual contribuiu o recebimento de cerca de 1,5 milhões de euros de dividendos das filiais.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	2013	2012
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	63.949.918	57.797.449
Activos disponíveis para venda	34.621.403	33.513.650
Empréstimos e contas a receber	1.919.865	2.162.950
	<u>100.491.186</u>	<u>93.474.049</u>

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda detalham-se conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Acções		
. Cotadas	-	-
Obrigações		
. Cotadas	29.127.877	29.350.452
Unidades de participação		
. Cotadas	4.561.849	3.273.878
. Não cotadas	931.677	889.320
	<u>34.621.403</u>	<u>33.513.650</u>

O quadro de colaboradores sofreu uma redução, fruto da política de racionalização e optimização de recursos que tem vindo a ser seguida. Registou-se um decréscimo de 3,9 por cento no número médio de trabalhadores (322 em 2013 e 335 em 2012) e um decréscimo de 4,3 por cento quando comparado o quadro de trabalhadores no final do exercício (315 em 2013 e 329 em 2012).

O exercício encerrou com um resultado líquido de 4.040 milhares de euros, o que representa um crescimento homólogo superior a 44 por cento.

3- PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E FACTOS RELEVANTES

Apesar de uma conjuntura económica e sectorial significativamente adversa, com uma contracção do PIB de 1,5 por cento e um decréscimo da produção de seguro directo de 3,1 por cento nos ramos não vida, é de destacar o facto de a Europ Assistance ter conservado a liderança do mercado de assistência em Portugal, mantendo o nível de produção e conseguindo mesmo obter uma melhoria dos níveis de rentabilidade, apesar do crescimento do rácio de sinistralidade.

O Conselho de Administração felicita todos os colaboradores que, com o seu profissionalismo e dedicação, deram um contributo fundamental para os resultados alcançados.

A nível internacional é de realçar a excelente performance da empresa Brasileira, que prosseguiu a sua trajectória de crescimento e encerra o ano com um volume de negócios de cerca de 421

milhões de reais (168 milhões de euros) e um resultado líquido de 17,2 milhões de reais (6,9 milhões de euros).

A empresa Argentina também apresentou um crescimento assinalável, alcançando um volume de negócios de 120 milhões de pesos argentinos (19,8 milhões de euros), 30 por cento acima do registado no ano anterior, e obtendo um resultado líquido de 2,5 milhões de pesos argentinos (400 mil euros), quase 50 por cento acima do verificado no ano anterior.

Por sua vez, a associada Chilena voltou a obter resultados positivos, na ordem dos 250 mil euros, e alcançou um volume de negócios superior a 8 milhões de euros.

4- PERSPECTIVAS PARA 2014

Em 2014, a actividade económica deverá apresentar uma recuperação moderada, traduzida num crescimento do PIB de 0,8 por cento, que reflecte a evolução projectada para o sector privado, uma vez que deverá continuar a observar-se uma contracção da actividade no sector publico. A procura interna continuará a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho. As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira. A taxa de inflação deverá crescer moderadamente, estima-se que a uma taxa de 0,8 por cento, reflectindo um contexto em que as pressões inflacionistas externas e internas deverão manter-se contidas, num quadro de recuperação moderada da economia mundial e de continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa.

O Conselho de Administração da Europ Assistance está confiante que em 2014 a empresa irá manter a liderança do mercado de assistência em Portugal e continuará a alcançar níveis de rentabilidade que permitam uma remuneração adequada aos accionistas. Para que tal seja possível, deverá insistir-se na política de retenção de clientes aliada a uma permanente atenção à componente de gastos, procurando racionalizar recursos sem comprometer os níveis de qualidade do serviço de excelência que é imagem de marca da Europ Assistance. Irá manter-se a forte aposta na inovação, tanto ao nível da oferta comercial como da optimização de

processos. Na área internacional, prevê-se que 2014 seja mais um ano de crescimento de actividade e melhoria da rentabilidade.

Nos termos e para efeitos do D.L. nº 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

5- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas a seguinte aplicação do resultado líquido de € 4.039.740,70:

• Reserva legal	€ 403.974,07
• Dividendos	€ 3.600.000,00
• Resultados transitados	€ 35.766,63

Esta proposta contempla o pagamento de dividendos antecipados de € 900.000,00 que ocorreu no segundo semestre de 2013, pelo que apenas os adicionais € 2.700.000,00 serão alvo de pagamento em data posterior à aprovação do acima proposto.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Martin Vial

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Manrico Iachia

Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

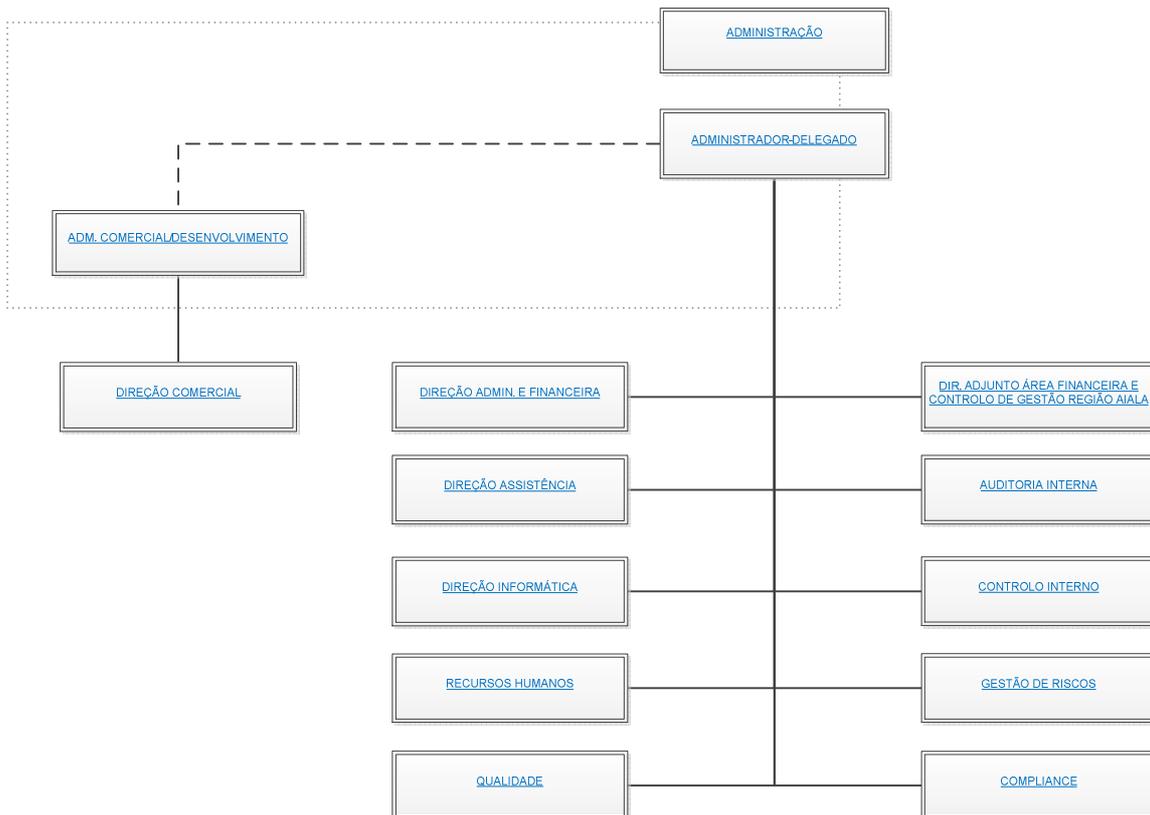
Odile Collignon

Paolo Vagnone

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adoptada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino e compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto actualmente por 7 membros, dos quais 2 são Administradores Executivos e nenhum é Administrador Independente, sendo eleito por períodos de 4 anos e apresentando a seguinte organização:



O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por períodos de 4 anos, sendo o Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente, todos independentes.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS **DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

I – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e actividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.

- Incentivar a criação de valor para os accionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

2 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

2.1. Valor fixo

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

2.2. Retribuição variável (anual)

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objectivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objectivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador-Delegado, e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registre um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objectivos estratégicos estabelecidos pelos accionistas.
- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objectivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se

inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objectivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
- A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objectivos estabelecidos.
- A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador-Delegado: pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador-Delegado, com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração.

2.3. Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento

Não se encontra estabelecido qualquer plano.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua actividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos accionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

2.4. Benefícios

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de Saúde, seguro de Vida, seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Pensões.

B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar.

C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de o Administrador poder retomar o posto de trabalho anterior.

II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efectivos (Presidente e dois vogais) e um suplente. A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respectivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Martin Vial

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Manrico Iachia

Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

Odile Collignon

Paolo Vagnone

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ACTIVO	2013			2012 (reexpresso)	2012
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido		
2 e 17	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.646.894	-	1.646.894	3.011.276	3.011.276
2 e 18	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	63.949.918	-	63.949.918	57.797.449	3.649.750
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
2, 3 e 19	Activos disponíveis para venda	34.621.403	-	34.621.403	33.513.650	33.513.650
2 e 20	Empréstimos e contas a receber	1.919.865	-	1.919.865	2.162.950	2.162.950
	Depósitos junto de empresas cedentes	1.919.865	-	1.919.865	2.162.950	2.162.950
	Outros depósitos	-	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-	-
2 e 21	Outros activos tangíveis	4.221.692	3.465.585	756.107	849.025	849.025
	Inventários	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-
2 e 22	Outros activos intangíveis	945.873	877.645	68.228	84.304	84.304
2, 3 e 23	Provisões técnicas de resseguro cedido	198.392	-	198.392	477.027	477.027
	Provisão para prémios não adquiridos	166.484	-	166.484	436.940	436.940
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	31.908	-	31.908	40.087	40.087
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-
2, 15 e 24	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.232.890	154.055	6.078.835	6.033.742	6.033.742
	Contas a receber por operações de seguro directo	936.702	136.029	800.673	836.553	836.553
	Contas a receber por outras operações de resseguro	4.676.584	7.975	4.668.609	4.228.500	4.228.500
	Contas a receber por outras operações	619.604	10.051	609.553	968.689	968.689
2, 3 e 25	Activos por impostos	116.958	-	116.958	153.018	153.018
	Activos por impostos correntes	-	-	-	12.635	12.635
	Activos por impostos diferidos	116.958	-	116.958	140.383	140.383
2 e 26	Acréscimos e diferimentos	129.158	-	129.158	118.019	118.019
	Outros elementos do activo	-	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	113.983.042	4.497.285	109.485.757	104.200.459	50.052.760

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2013	2012 (reexpresso)	2012
	PASSIVO			
2, 3 e 23	Provisões técnicas	28.693.925	28.246.812	28.246.812
	Provisão para prémios não adquiridos	19.145.056	19.594.073	19.594.073
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-
	Provisão para sinistros	9.301.062	8.397.657	8.397.657
	De vida	-	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-	-
	De outros ramos	9.301.062	8.397.657	8.397.657
	Provisão para participação nos resultados	247.807	255.083	255.083
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-
	Passivos subordinados	-	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-
	Outros	-	-	-
2 e 28	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	76.214	280.810	280.810
2 e 29	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.198.440	2.280.263	2.280.263
	Contas a pagar por operações de seguro directo	64.472	133.349	133.349
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.111	1.777	1.777
	Contas a pagar por outras operações	1.131.857	2.145.137	2.145.137
2, 3 e 25	Passivos por impostos	17.997.713	16.663.562	1.772.945
	Passivos por impostos correntes	1.182.110	1.423.967	1.423.967
	Passivos por impostos diferidos	16.815.603	15.239.595	348.978
2 e 26	Acréscimos e diferimentos	2.478.646	2.466.957	2.466.957
	Outras Provisões	-	-	-
	Outros Passivos	-	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-
	TOTAL PASSIVO	50.444.938	49.938.404	35.047.787
	CAPITAL PRÓPRIO			
2, 30 e 33	Capital	7.500.000	7.500.000	7.500.000
	(Acções Próprias)	-	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	3.000.000	3.000.000
2, 30 e 33	Reservas de reavaliação	61.179.627	55.464.596	1.316.897
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	61.179.627	55.464.596	1.316.897
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-	-
2, 30 e 33	Reserva por impostos diferidos	(16.815.603)	(15.239.595)	(348.978)
2, 30 e 33	Outras reservas	947.488	667.740	667.740
2, 30 e 33	Resultados transitados	89.566	71.838	71.838
	Resultado do exercício	3.139.741	2.797.475	2.797.475
	Resultado do exercício	4.039.741	2.797.475	2.797.475
	Dividendo distribuído antecipadamente	(900.000)	-	-
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	59.040.819	54.262.055	15.004.973
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	109.485.757	104.200.459	50.052.760

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2013			2012
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	52.886.050		52.886.050	51.225.712
2,3,4 e 5	Prémios brutos emitidos	52.410.088		52.410.088	52.395.588
2,4 e 5	Prémios de resseguro cedido	(13.545)		(13.545)	319
2, 3, 5 e 23	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	759.964		759.964	(991.783)
2, 3, 5 e 23	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(270.457)		(270.457)	(178.412)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(43.005.546)		(43.005.546)	(40.674.383)
2, 4 e 6	Montantes pagos	(42.093.962)		(42.093.962)	(38.875.536)
	Montantes brutos	(42.205.146)		(42.205.146)	(39.026.450)
	Parte dos resseguradores	111.184		111.184	150.914
2, 3 e 23	Provisão para sinistros (variação)	(911.584)		(911.584)	(1.798.848)
	Montante bruto	(903.405)		(903.405)	(1.763.290)
	Parte dos resseguradores	(8.179)		(8.179)	(35.558)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-		-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				
	Montante bruto	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
2, 3, 7 e 23	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(105.641)		(105.641)	(158.375)
2, 3, 4, 8 e 9	Custos e gastos de exploração líquidos	(7.508.781)		(7.508.781)	(8.056.060)
	Custos de aquisição	(3.503.954)		(3.503.954)	(4.100.258)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(310.947)		(310.947)	98.759
	Gastos administrativos	(3.693.880)		(3.693.880)	(4.054.562)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-		-	-
2, 4 e 10	Rendimentos	659.537	1.534.724	2.194.261	962.545
	De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	659.537	35.324	694.861	767.740
	De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	1.499.400	1.499.400	194.805
2, 4 e 11	Gastos financeiros	(42.120)		(42.120)	(181.094)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(42.120)	-	(42.120)	(181.094)
2, 4 e 12	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	358.620		358.620	189.554
	De activos disponíveis para venda	358.620		358.620	189.554
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
2, 4 e 13	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas				18.729
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	18.729
14	Diferenças de câmbio	(30.318)	-	(30.318)	(72.599)
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)				
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	192.264	-	192.264	223.947
2 e 15	Outras provisões (variação)	31.650	(7.454)	24.196	(121.390)
2 e 16	Outros rendimentos/gastos	-	397.365	397.365	959.006
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	3.435.714	1.924.635	5.360.350	4.315.591
2, 3 e 25	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(1.184.497)	(112.687)	(1.297.184)	(1.299.622)
2, 3 e 25	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(23.425)	(23.425)	(218.493)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.251.218	1.788.523	4.039.741	2.797.475

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	Balanco a 31 de Dezembro de 2012 (balanco de abertura)	7.500.000	-	3.000.000	-	-	1.316.897	(348.978)	667.740	-	71.839	2.797.475	15.004.973
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	54.147.699	-	(14.890.617)	-	-	-	-	39.257.082
30	Balanco de abertura alterado	7.500.000	-	3.000.000	-	54.147.699	1.316.897	(15.239.595)	667.740	-	71.839	2.797.475	54.262.055
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	-	-	279.747	-	17.727	(297.475)	-
30	Resultado líquido do período (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.039.741	4.039.741
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 30	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6.152.469	(437.438)	(1.576.008)	-	-	-	-	4.139.023
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	6.152.469	(437.438)	(1.576.008)	-	-	-	4.039.741	8.178.764
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30	Distribuição de lucros/prejuizos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.500.000)	(2.500.000)
30	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(900.000)	(900.000)
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	6.152.469	(437.438)	(1.576.008)	279.747	-	17.727	342.266	4.778.764
	Balanco a 31 de Dezembro de 2013	7.500.000	-	3.000.000	-	60.300.168	879.459	(16.815.603)	947.488	-	89.566	3.139.741	59.040.819

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação		Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL	
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal				Outras reservas
	Balanco a 31 de Dezembro de 2011 (balanco de abertura)	7.500.000	-	3.000.000	-	-	(323.876)	85.827	496.220	-	(371.850)	1.715.209	12.101.530
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	53.175.209	-	(14.623.182)	-	-	-	-	38.552.027
30	Balanco de abertura alterado	7.500.000	-	3.000.000	-	53.175.209	(323.876)	(14.537.355)	496.220	-	(371.850)	1.715.209	50.653.557
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	-	-	171.521	-	443.688	(615.209)	-
30	Resultado líquido do período (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.797.475	2.797.475
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 30	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	972.490	1.640.773	(702.240)	-	-	-	-	1.911.023
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangiveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangiveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	972.490	1.640.773	(702.240)	-	-	-	2.797.475	4.708.498
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30	Distribuição de lucros/prejuizos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.100.000)	(1.100.000)
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	972.490	1.640.773	(702.240)	171.521	-	443.688	1.082.266	3.608.498
	Balanco a 31 de Dezembro de 2012	7.500.000	-	3.000.000	-	54.147.699	1.316.897	(15.239.595)	667.740	-	71.839	2.797.475	54.262.055

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	2013	2012 (Reexpresso)	2012
	Resultado líquido do exercício	4.039.741	2.797.475	2.797.475
	Outro rendimento integral do exercício	5.715.031	2.613.263	1.640.773
2, 3 e 19	Activos disponíveis para venda	5.715.031	2.613.263	1.640.773
	Ganhos e perdas líquidos	5.253.672	3.171.610	2.199.120
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	461.359	(558.347)	(558.347)
	Imparidade	-	-	-
	Alienação	461.359	(558.347)	(558.347)
2, 3 e 25	Impostos	(1.576.008)	(702.240)	(434.805)
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-	-
2, 3 e 9	Benefícios pós-emprego	-	-	-
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	8.178.764	4.708.498	4.003.443

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Euros)

MÉTODO DIRECTO	2013	2012
Actividade Operacional		
Prémios de seguro directo recebidos	3.850.342	4.343.138
Prémios de resseguro aceite recebidos	48.071.468	49.055.479
Prémios de resseguro cedido pagos	(13.211)	2.096
Participação nos resultados paga	(112.917)	(204.496)
Sinistros de seguro directo pagos	(31.706.600)	(28.237.121)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	111.184	150.914
Recebimentos de contrato de investimento	-	-
Comissões por intermediação de seguros	-	-
Pagamentos ao pessoal	(10.984.639)	(11.492.928)
Pagamentos a fornecedores	(5.871.338)	(5.468.700)
Outros fluxos de caixa operacionais	(815.253)	(791.300)
Dividendos recebidos	-	-
Juros recebidos	757.752	799.487
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	328.301	116.955
Aquisição de investimentos		
Títulos de rendimento variável	(1.026.717)	(3.262.908)
Títulos de rendimento fixo	(380.401)	(4.110.432)
Instrumentos financeiros derivados	-	-
Propriedades de investimentos	-	-
Juros pagos	-	-
Impostos sobre o rendimento pagos	(1.506.446)	(1.234.540)
Fluxos das Actividades Operacionais	701.524	(334.356)
Actividades Investimento		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Alienação de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	1.499.400	194.805
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(165.806)	(296.784)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	500	446
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	-
Empréstimos pagos por partes relacionadas	-	-
Fluxos das Actividades de Investimento	1.334.094	(101.533)
Actividades Financiamento		
Reembolso de prestações suplementares	-	-
Recebimento de empréstimos subordinados	-	-
Pagamento de empréstimos subordinados	-	-
Recebimentos de empréstimos concedidos	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Pagamentos de contratos de locação financeira	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(3.400.000)	(1.100.000)
Dividendos pagos a interesses minoritários	-	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	(3.400.000)	(1.100.000)
Varição de caixa e equivalentes	(1.364.382)	(1.535.889)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início	3.011.276	4.547.165
Caixa e equivalentes no fim	1.646.894	3.011.276
Varição no exercício	(1.364.382)	(1.535.889)

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência", "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Fevereiro de 2014.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, actualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Comparabilidade das Demonstrações financeiras

A Companhia adoptou na preparação das demonstrações financeiras e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2013. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das respectivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Até 31 de Dezembro de 2012 a Companhia valorizava os seus investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ao custo. No exercício de 2013, a Companhia decidiu alterar esta política contabilística, passando a valorizar estes investimentos ao justo valor de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, por entender que deste modo reflecte de forma mais fidedigna a solidez da sua posição financeira.

De acordo com os requisitos da “IAS 8 – Políticas contabilística, alterações nas estimativas e erros”, quando existe uma alteração voluntária numa política contabilística é necessário proceder à aplicação retrospectiva da nova política nas demonstrações financeiras (“reexpressão”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício em que se verifica a alteração, ou seja 01 de Janeiro de 2012. Neste sentido as demonstrações financeiras do exercício de 2012 apresentadas são proforma, tendo o impacto desta reexpressão consistido num aumento do capital próprio da Companhia em 01 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012 nos montantes de 38.552.027 Euros e 39.257.082 Euros, respectivamente, após considerado o efeito fiscal, conforme é visível no quadro abaixo:

Nota	Reservas						Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
	Capital	Outros instrumentos de capital	Justo valor	Impostos diferidos	Reserva legal	Resultados transitados		
Balanço a 31 de Dezembro de 2011 (balanço de abertura)	7.500.000	3.000.000	(323.876)	85.827	496.220	(371.850)	1.715.209	12.101.530
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (IAS 39)	a)	-	- 53.175.209	-	-	-	-	53.175.209
Impostos diferidos (IAS12)	b)	-	-	(14.623.182)	-	-	-	(14.623.182)
Balanço a 31 de Dezembro de 2011 (reexpresso)		7.500.000	3.000.000	52.851.333	(14.537.355)	496.220	(371.850)	50.653.557
Aplicação do resultado do exercício de 2011		-	-	-	- 171.521	443.688	(615.209)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-	(1.100.000)	(1.100.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-	- 1.640.773	(434.805)	-	-	-	1.205.968
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	2.797.475	2.797.475
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (IAS 39)	a)	-	- 972.490	-	-	-	-	972.490
Impostos diferidos (IAS12)	b)	-	-	(267.435)	-	-	-	(267.435)
Balanço a 31 de Dezembro de 2012 (reexpresso)		7.500.000	3.000.000	55.464.596	(15.239.595)	667.740	2.797.475	54.262.055

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

- a) De acordo com o PCES, a Companhia optou por valorizar as suas participações na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e Ponte Alta –SGPS, Unipessoal, Lda. pelo seu justo valor. Sendo a diferença entre o seu custo de aquisição e o justo valor reconhecida através da rubrica de reservas de reavaliação - por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.
- b) De acordo com o PCES, a Companhia regista o efeito fiscal sobre a valia potencial dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

De seguida é apresentado o impacto desta alteração na política contabilística da Companhia no seu balanço:

	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)			
	2012	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (IAS 39)	Impostos diferidos (IAS12)	2012 (reexpresso)
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.011.276	-	-	3.011.276
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.649.750	54.147.699	-	57.797.449
Activos disponíveis para venda	33.513.650	-	-	33.513.650
Empréstimos e contas a receber	2.162.950	-	-	2.162.950
Outros activos tangíveis	849.025	-	-	849.025
Outros activos intangíveis	84.304	-	-	84.304
Provisões técnicas de resseguro cedido	477.027	-	-	477.027
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.033.742	-	-	6.033.742
Activos por impostos	153.018	-	-	153.018
Acréscimos e diferimentos	118.019	-	-	118.019
TOTAL ACTIVO	50.052.760	54.147.699	-	104.200.459
PASSIVO				
Provisões técnicas	28.246.812	-	-	28.246.812
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	280.810	-	-	280.810
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2.280.263	-	-	2.280.263
Passivos por impostos				
Passivos por impostos correntes	1.423.967	-	-	1.423.967
Passivos por impostos diferidos	348.978	-	14.890.617	15.239.595
Acréscimos e diferimentos	2.466.957	-	-	2.466.957
TOTAL PASSIVO	35.047.787	-	14.890.617	49.938.404
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	7.500.000	-	-	7.500.000
Outros instrumentos de capital	3.000.000	-	-	3.000.000
Reservas de reavaliação				
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1.316.897	54.147.699	-	55.464.596
Reserva por impostos diferidos	(348.978)	-	(14.890.617)	(15.239.595)
Outras reservas	667.740	-	-	667.740
Resultados transitados	71.838	-	-	71.838
Resultado do exercício	2.797.475	-	-	2.797.475
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	15.004.973	54.147.699	(14.890.617)	54.262.055
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	50.052.760	54.147.699	-	104.200.459

Os impactos gerados pela alteração desta política contabilística não traduzem qualquer efeito na Demonstração de Ganhos e Perdas da Companhia.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2014 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 36. Estas Normas serão adoptadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

b) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

c) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Outros activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados enquanto estiverem directamente afectos aos projectos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

e) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

De acordo com a IAS 39, os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao justo valor, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

f) Activos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os activos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda: são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Activos financeiros a deter até à maturidade: activos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;
- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro aceite e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou

seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os activos financeiros de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ou para activos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos activos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Activos financeiros a deter até á maturidade" são também permitidas.

v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 12 meses) ou uma desvalorização de 30% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a acções ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de “default” do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

No exercício de 2013, os critérios de reconhecimento de imparidade foram alterados, sendo os mesmos mais prudentes, de acordo com as alterações prosseguidas pelo Grupo Europ Assistance. A alteração destes critérios não gerou qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Outros activos financeiros - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ISP, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com excepção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobralidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

g) Outros activos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Capital social

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

j) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

k) Contratos de seguro

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afectar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Directo e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver nota 8).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de Dezembro de 2013, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 7% dos prémios não adquiridos (2012: 8%).

- **Provisão para sinistros**

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não

declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e os custos com sinistros do exercício. Este rácio é analisado perante a estimativa de alterações na estrutura de despesas existentes e ajustado, sendo aplicado à provisão para sinistros declarados do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de Dezembro de 2013 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2013 (2012: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2012). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite (2012: 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflecte a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

I) Resseguro

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro (ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos activos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

m) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador (assinado em 23 de Dezembro de 2011, entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional), a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Estes empregados beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social.

Este benefício é financiado através de um fundo de pensões Multireforma de Capital Garantido do Espírito Santo Fundo de Pensões.

ii) Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo.

iii) Bónus de desempenho

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia

no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

iv) Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

q) Locações

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os

benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e as suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros factores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 23.

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 9.

c) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 19.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

e) Prémios brutos emitidos

Os prémios de seguro directo e resseguro aceite do último mês do ano (Dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de Dezembro de 2013 ascendeu a 4.390 milhares de euros (mês de Dezembro de 2012: 3.910 milhares de euros).

4. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos. A Companhia considera como área de negócio o território nacional, pelo que todos os contratos são celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os prémios brutos emitidos ascenderam a 52.410.088 euros e 52.395.588 euros, respectivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

O relato por segmentos de 2013 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	28.140	20.888	1.691	3.928	9.282
Responsabilidade civil geral	2.322	2.234	64	578	1.874
Protecção jurídica	989.468	1.038.496	891.419	98.754	-
Assistência	50.258.174	50.728.620	41.224.416	7.345.851	58.350
Perdas pecuniárias diversas	1.131.984	1.379.816	990.961	59.670	111.490
TOTAL GERAL	52.410.088	53.170.052	43.108.551	7.508.781	180.996

O resultado de resseguro é em 2013 uma perda para a Companhia.

O relato por segmentos de 2012 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	5.005	5.701	4.001	452	(2.241)
Responsabilidade civil geral	2.494	2.555	-	421	1.922
Protecção jurídica	1.063.774	1.086.062	900.799	134.835	-
Assistência	50.374.416	49.692.586	39.358.078	7.836.815	16.230
Perdas pecuniárias diversas	949.899	616.902	526.861	83.538	46.825
TOTAL GERAL	52.395.588	51.403.805	40.789.740	8.056.060	62.736

O resultado de resseguro é em 2012 uma perda para a Companhia.

O resultado técnico, os activos e passivos por segmento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

	2013			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	52.886.050	1.038.495	50.673.751	1.173.805
Resultado dos investimentos	945.718	18.571	906.157	20.990
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(43.005.546)	(891.419)	(41.207.015)	(907.112)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	(7.614.422)	(98.754)	(7.451.492)	(64.177)
Outros rendimentos e gastos	223.914	-	223.914	-
Resultado técnico	3.435.714	66.893	3.145.316	223.506
Activos afectos à representação das provisões técnicas	38.386.553	1.816.956	33.584.313	2.985.284
Provisões técnicas	28.693.925	1.358.174	25.104.253	2.231.498

	2012			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	51.225.712	1.086.062	49.637.718	501.933
Resultado dos investimentos	644.540	13.665	624.559	6.315
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(40.674.383)	(900.799)	(39.319.440)	(454.145)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	(8.214.435)	(138.061)	(8.002.638)	(73.737)
Outros rendimentos e gastos	121.309	-	121.309	-
Resultado técnico	3.102.742	64.092	3.068.956	(30.306)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	39.164.902	1.823.183	33.832.784	3.508.935
Provisões técnicas	28.246.812	1.314.930	24.401.141	2.530.741

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

Ramo técnico	2013			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	13.545	14.594	(9.282)	18.857
Responsabilidade civil geral	2.322	-	(1.874)	448
Protecção jurídica	2.386	987.082	-	989.468
Assistência	2.747.479	47.510.695	(2.389)	50.255.786
Perdas pecuniárias diversas	1.124.803	7.181	-	1.131.984
	<u>3.890.536</u>	<u>48.519.553</u>	<u>(13.545)</u>	<u>52.396.543</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	526.997	232.967	(270.457)	489.507
	<u>4.417.532</u>	<u>48.752.520</u>	<u>(284.002)</u>	<u>52.886.050</u>
Ramo técnico	2012			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	5.005	-	2.241	7.246
Responsabilidade civil geral	2.494	-	(1.922)	572
Protecção jurídica	2.489	1.061.285	-	1.063.774
Assistência	3.138.306	47.236.110	-	50.374.416
Perdas pecuniárias diversas	943.050	6.849	-	949.899
	<u>4.091.344</u>	<u>48.304.244</u>	<u>319</u>	<u>52.395.907</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(37.775)	(954.008)	(178.412)	(1.170.195)
	<u>4.053.569</u>	<u>47.350.236</u>	<u>(178.093)</u>	<u>51.225.712</u>

O decréscimo do resseguro cedido deve-se ao cancelamento do contrato com a resseguradora EAHIB.

6. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2013			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	2.063.572	29.643.028	(111.184)	31.595.416
Custos de gestão de sinistros imputados	734.898	9.763.648	-	10.498.547
Provisão para sinistros (variação)	(44.265)	947.670	8.179	911.584
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2.754.205	40.354.346	(103.005)	43.005.546

	2012			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	1.943.612	26.293.509	(150.914)	28.086.207
Custos de gestão de sinistros imputados	1.078.933	9.710.396	-	10.789.328
Provisão para sinistros (variação)	(51.558)	1.814.848	35.558	1.798.848
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2.970.987	37.818.753	(115.357)	40.674.383

Ver Nota 8 com detalhe dos custos imputados às funções.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2013		2012	
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo	Resseguro aceite
Conta Técnica				
Prémios adquiridos	4.417.532	48.752.520	4.053.569	47.350.236
Proveitos técnicos	4.417.532	48.752.520	4.053.569	47.350.236
Custos com sinistros	2.754.205	40.354.346	2.970.987	37.818.753
Participação nos resultados	72.046	33.595	26.047	132.328
Custos de exploração	562.560	6.946.222	724.264	7.331.796
Custos técnicos	3.388.811	47.334.163	3.721.298	45.282.877
Resultado financeiro	78.573	867.145	64.454	580.086
Margem técnica	1.107.295	2.285.501	396.725	2.647.444
Rácio de sinistralidade (1)	62,3%	82,8%	73,3%	79,9%
Rácio de despesas (2)	14,4%	14,3%	18,5%	15,8%
Rácio combinado (3)	76,7%	97,1%	91,8%	95,6%
Rácio operacional (4)	74,9%	95,3%	90,2%	94,4%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

7. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efectuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 23).

	2013			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Ramos técnicos				
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	255.083	(112.917)	105.641	247.807
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>255.083</u>	<u>(112.917)</u>	<u>105.641</u>	<u>247.807</u>
	2012			
Ramos técnicos	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	301.204	(204.496)	158.375	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>301.204</u>	<u>(204.496)</u>	<u>158.375</u>	<u>255.083</u>

No exercício de 2012 existiu uma renegociação de um tratado de resseguro o qual deixou de deter participação nos resultados.

8. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2013			2012
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	
Custos de aquisição				
Comissões de mediação e de resseguro aceite	1.301.631	-	1.301.631	1.638.067
Custos imputados	2.202.323	-	2.202.323	2.462.191
Total de custos de aquisição	<u>3.503.954</u>	<u>-</u>	<u>3.503.954</u>	<u>4.100.258</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	310.947	-	310.947	(98.759)
Custos administrativos				
Custos imputados	3.693.880	-	3.693.880	4.054.562
Total de custos administrativos	<u>3.693.880</u>	<u>-</u>	<u>3.693.880</u>	<u>4.054.562</u>
Custos e gastos de exploração líquidos	<u>7.508.781</u>	<u>-</u>	<u>7.508.780</u>	<u>8.056.060</u>

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indirectos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de aquisição, a Custos administrativos, a Custos com sinistros e a Custos associados à gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2013 foi consistente com aquela adoptada em 2012.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2013	2012
Custos com sinistros	10.498.546	10.789.328
Custos de aquisição	2.202.323	2.462.191
Custos administrativos	3.693.880	4.054.562
Custos de gestão dos investimentos	42.120	181.094
Total	<u>16.436.869</u>	<u>17.487.175</u>

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2013	2012
Custos com o pessoal	10.778.928	11.308.968
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	691.584	885.526
Publicidade e propaganda	723.954	780.293
Deslocações, estadas e despesas de representação	487.737	386.444
Trabalhos especializados	469.575	379.976
Comunicações	562.389	655.941
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	482.956	583.233
Outras rendas e alugueres	381.747	319.148
Conservação e reparação	675.225	581.474
Electricidade	144.566	146.521
Seguros	84.860	94.294
Limpeza, higiene e conforto	80.770	83.346
Avenças e honorários	146.320	130.932
Outros	305.291	310.446
	<u>5.236.974</u>	<u>5.337.575</u>
Impostos e taxas	104.474	152.029
Amortizações/depreciações do exercício:		
Activos intangíveis	67.937	150.028
Activos tangíveis	206.437	357.482
	<u>274.374</u>	<u>507.510</u>
Comissões de administração de valores (investimentos)	42.120	181.094
Total	<u>16.436.869</u>	<u>17.487.175</u>

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2013	2012
Remunerações		
- dos órgãos sociais	781.660	1.041.170
- do pessoal	7.524.132	7.367.664
Encargos sobre remunerações	1.669.193	1.583.286
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	88.350	208.235
- Planos de benefícios definidos	-	-
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	12.618	97.691
Seguros obrigatórios	698.551	644.823
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	4.423	366.101
Total	10.778.928	11.308.968

No exercício de 2012 foi constituído um custo no montante de 97.691 euros relativo às responsabilidades actuais com o prémio de permanência, de acordo com o estabelecido no CCT de 23 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o Conselho de Administração é composto por 7 e 6 elementos, respectivamente, dos quais 2 com funções executivas (Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2013 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 781.660 euros (2012: 1.041.170 euros). Os Administradores executivos Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga auferiram remunerações no montante de 457.110 euros e 298.550 euros, respectivamente (2012: 478.900 euros, 375.270 euros). No exercício de 2012, o Administrador executivo João Carlos Nunes Ferverença da Silva auferiu a remunerações no montante de 187.000 euros. A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no montante de 120.040 euros (2012: 102.290 euros) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 11.377 euros (2012: 37.013 euros).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Companhia teve, em média, 322 e 335 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2013	2012
Dirigentes executivos	2	2
Quadros superiores	11	10
Quadros médios	7	23
Profissionais altamente qualificados	47	43
Profissionais qualificados	255	257
Total	<u>322</u>	<u>335</u>

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2013 e 2012:

Categoria Profissional	2013	2012
Administrador	2	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	3	3
Director Adjunto	7	6
Chefe de Serviços	4	5
Gestor Técnico	4	-
Secretárias	5	5
Coordenador Operacional	21	13
Especialista Operacional	248	207
Assistentes Comerciais	-	7
Programador Informática	-	5
Especialista Operacional - Estagiário	1	57
Técnico	19	18
	<u>315</u>	<u>329</u>

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados. Durante o ano de 2013 foram registados 51.500 euros (2012: 31.500 euros) de gastos do exercício para efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP e revisão intercalar.

O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2013 (2012: 11.000 euros).

9. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo – ver nota 8.

Benefícios pós-emprego:

Plano de Reforma Individual (PIR)

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiada a 31 de Dezembro de 2011 sendo transferido para um plano individual de reforma.

Plano de contribuição definida

No exercício de 2013 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 170.849 euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se a finalizar o processo de adequação dos Fundos de Pensões existentes para a aquisição de unidades de participação num novo Fundo de Pensões de contribuição definida com capital garantido gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões que respeite o novo CCT celebrado em 23 de Dezembro de 2011.

No exercício de 2012 a Companhia assumiu a responsabilidade de efectuar uma contribuição no montante de 208.235 Euros.

No exercício de 2013 a quantia dos activos do plano de contribuição definida é de 3.347.820 euros. No exercício de 2013 a rentabilidade efectiva agregada do novo fundo foi de 6%.

No exercício de 2012 a quantia dos activos do novo plano totaliza 2.942.569 euros sendo que o mesmo agrega os activos existentes dos Fundos de Pensões existentes anteriormente. No exercício de 2012 a rentabilidade efectiva agregada dos activos que constituirão o novo plano foi de 9,79%.

Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efectivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

10. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de activos financeiros são analisados como segue:

	2013	2012
Rendimentos		
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Juros	564.516	597.608
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber		
Juros	95.021	88.904
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	35.324	81.228
	<u>694.861</u>	<u>767.740</u>
Outros		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Dividendos	1.499.400	194.805
	<u>1.499.400</u>	<u>194.805</u>
Total	<u><u>2.194.261</u></u>	<u><u>962.545</u></u>

No exercício de 2013 a rubrica de “Rendimentos – Outros” apresenta uma variação positiva de 1.304.595 euros, referente essencialmente ao aumento dos dividendos distribuídos pelas filiais Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.

11. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 8) no valor de 42.120 euros (2012: 181.094 euros).

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos de investimentos		
Custos imputados - ver nota 8 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	42.120	181.094
	<u>42.120</u>	<u>181.094</u>

12. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2013 e 2012, como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	433.513	142.685
Acções e outros títulos de rendimento variável	(74.893)	46.868
	<u>358.620</u>	<u>189.554</u>

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2013 e 2012, os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ganhos líquidos de activos e passivos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	18.729
	<u>-</u>	<u>18.729</u>

14. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2 e é analisada com segue:

	2013	2012
Activos financeiros disponíveis para venda	(30.318)	(72.599)
	<u>(30.318)</u>	<u>(72.599)</u>

A rubrica “Diferenças de câmbio” respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos activos financeiros.

15. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efectuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2013 e 2012 a variação compõem-se como segue:

	2013	2012
Outras provisões (variação)		
Tomadores de seguros	31.650	(102.638)
Outros devedores	(7.454)	(18.752)
	<u>24.196</u>	<u>(121.390)</u>

16. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2013 e 2012 a rubrica “Outros rendimentos/gastos” apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros gastos		
Gastos e perdas não recorrentes	(72.176)	(108.243)
Gastos e perdas financeiras	(47.638)	(24.522)
Perdas em activos financeiros	(926)	(956)
Outros rendimentos		
Prestação de serviços de gestão e assistência técnica	484.659	1.037.889
Rendimentos e ganhos financeiros	32.196	54.328
Ganhos em outros activos tangíveis	1.250	510
	<u>397.365</u>	<u>959.006</u>

No exercício de 2013, a rubrica “Outros rendimentos” inclui um montante relativo aos contratos de prestação de serviços celebrados com as empresas detidas EA Brasil e EA Argentina e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 340.111 euros (2012: 599.134 euros), 106.010 euros (2012: 106.010 euros) e 38.766 euros (2012: 39.536 euros), respectivamente.

17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	5.554	5.694
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.641.340	3.005.581
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	<u>1.646.894</u>	<u>3.011.276</u>

18. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 30).
A empresa-mãe do Grupo Europ-Assistance é a Assicurazioni Generali Spa, que se encontra sediada em Itália.

Os investimentos financeiros nas filiais encontram-se valorizados ao seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2013 a Companhia detém o seguinte conjunto de investimentos:

Nome da empresa / sede	Classificação	Método de valorização	Participação detida	2013		
				Capitais próprios	Resultado do exercício	Valor de balanço da filial
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Justo valor	99,90%	996.325	641.658	3.445.040
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.* Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Justo valor	100%	9.033.053	17.299	9.048.919

* Demonstrações financeiras não auditadas (pressuposto: participações valorizadas ao custo)

Em 31 de Dezembro de 2012 a Companhia detém o seguinte conjunto de investimentos:

Nome da empresa / sede	Classificação	Método de valorização	Participação detida	2012		
				Capitais próprios	Resultado do exercício	Valor de balanço da filial
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Justo valor	99,90%	954.667	646.124	3.566.506
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.* Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 10º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Filial	Justo valor	100%	9.915.754	872.897	9.965.619

* Demonstrações financeiras não auditadas (pressuposto: participações valorizadas ao custo)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os investimentos apresentam a seguinte segregação por empresa e composição do valor de balanço:

	2013			
	Custo de aquisição	Reserva de reavaliação	Imparidade	Justo valor
Partes de capital em empresas filiais				
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	249.750	4.123.303	-	4.373.053
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	3.400.000	56.176.865	-	59.576.865
	<u>3.649.750</u>	<u>60.300.168</u>	<u>-</u>	<u>63.949.918</u>
	2012			
	Custo de aquisição	Reserva de reavaliação	Imparidade	Justo valor
Partes de capital em empresas filiais				
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	249.750	4.886.716	-	5.136.466
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	3.400.000	49.260.983	-	52.660.983
	<u>3.649.750</u>	<u>54.147.699</u>	<u>-</u>	<u>57.797.449</u>

As alterações aos valores das participações foram como segue:

	Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	Total
Custo de aquisição	249.750	3.400.000	3.649.750
Alteração de política contabilística (IAS 8)	4.131.500	49.043.709	53.175.209
Valor de balanço em 01 de Janeiro de 2012	4.381.250	52.443.709	56.824.959
Variações no justo valor	755.216	217.274	972.490
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2012	5.136.466	52.660.983	57.797.449
Variações no justo valor	(763.413)	6.915.882	6.152.469
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2013	4.373.053	59.576.865	63.949.918

Através das suas filial Ponte Alta, a Companhia detém participações em subsidiárias na Argentina e Macau, numa associada no Chile e num empreendimento conjunto no Brasil, conforme indicado na tabela que se segue:

Entidade	Percentagem de participação	
	2013	2012
Europ Assistance Macau	70,00%	70,00%
Europ Assistance Argentina	56,10%	56,10%
Europ Assistance Chile	28,79%	18,15%
EABS Serviços de Assistência e Participações, SA (Brasil)	50,00%	50,00%

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indirectamente pela Companhia através da sua subsidiária Ponte Alta, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

19. ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

2013						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	4.608.320	33.728	-	(12.498)	-	4.629.550
De outros emissores públicos	4.248.567	42.405	-	161.241	-	4.452.213
De outros emissores	19.847.497	101.880	-	127.055	(30.318)	20.046.114
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	4.889.865	-	-	603.661	-	5.493.526
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	33.594.249	178.013	-	879.459	(30.318)	34.621.403
2012						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	4.811.777	27.750	-	153.087	-	4.992.614
De outros emissores públicos	5.375.684	54.938	-	321.762	-	5.752.384
De outros emissores	17.977.838	158.217	-	541.998	(72.599)	18.605.454
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.863.148	-	-	300.050	-	4.163.198
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	32.028.447	240.905	-	1.316.897	(72.599)	33.513.650

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

(*) O montante de (30.318) euros e (72.599) euros reconhecido em resultados nos exercícios de 2013 e 2012 resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver nota 14).

É efectuada também uma análise de maturidade dos activos financeiros, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)						
2013	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	-	2.253	14.036	12.839	5.494	34.621

(em milhares de euros)						
2012	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	551	1.879	11.351	15.569	4.163	33.514

Ver nota 32 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 13.

20. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica “Empréstimos e contas a receber” corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2013 e 2012 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 1.919.865 euros e 2.162.950 euros, respectivamente.

21. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

RUBRICAS	2013							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	602.350	483.568	29.876	75.564	-	51.147	75.281	97.227
Máquinas e ferramentas	297.596	242.707	-	32.996	-	29.241	32.996	25.648
Equipamento informático	561.993	544.197	-	8.205	-	10.278	8.205	7.518
Instalações interiores	723.980	471.873	82.180	1.213	-	92.964	1.071	241.180
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	5.495	-	5.495	-
Equipamento hospitalar	24.881	23.167	-	-	-	857	-	857
Outras imobilizações corpóreas	294.560	59.473	-	-	-	227	-	234.860
Despesas em edifícios arrendados	1.684.976	1.516.325	1.890	-	-	21.723	-	148.817
Total	4.231.221	3.382.196	113.945	117.979	5.495	206.437	123.047	756.107

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

RUBRICAS	2012							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	587.632	446.983	19.208	-	4.490	41.076	4.490	118.782
Máquinas e ferramentas	337.876	256.784	5.546	42.553	3.273	31.749	45.826	54.888
Equipamento informático	941.094	916.249	22.549	401.650	-	29.599	401.650	17.796
Instalações interiores	755.681	478.137	52.406	84.106	-	77.661	83.925	252.107
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	24.881	22.311	-	-	-	857	-	1.714
Outras imobilizações corpóreas	286.862	61.387	9.840	1.262	880	227	2.142	235.087
Despesas em edifícios arrendados	1.606.508	1.340.010	78.468	-	-	176.315	-	168.651
Total	4.581.418	3.562.746	188.017	529.571	8.643	357.482	538.032	849.025

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2013 e 2012 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos tangíveis.

22. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

Rubricas	2013							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	894.011	809.708	51.861	-	-	67.937	-	68.228
Total	894.011	809.708	51.861	-	-	67.937	-	68.228

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

Rubricas	2012							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	1.266.279	1.140.195	108.767	481.035	-	150.028	480.515	84.304
Total	1.266.279	1.140.195	108.767	481.035	-	150.028	480.515	84.304

Durante os exercícios de 2013 e 2012 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos intangíveis.

23. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	19.145.056	(166.484)	18.978.572	19.594.073	(436.940)	19.157.133
Provisão para sinistros	9.301.062	(31.908)	9.269.154	8.397.657	(40.087)	8.357.570
Provisão para participação nos resultados	247.807	-	247.807	255.083	-	255.083
Total de provisões técnicas	28.693.925	(198.392)	28.495.533	28.246.812	(477.027)	27.769.786

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é reflectida no activo, sendo ambas analisadas como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	9.120	-	9.120	2.296	-	2.296
Responsabilidade civil geral	535	-	535	477	-	477
Protecção jurídica	379.005	-	379.005	444.276	-	444.276
Assistência	16.702.588	-	16.702.588	16.729.107	(73.363)	16.655.744
Perda pecuniárias diversas	2.053.808	(166.484)	1.887.324	2.417.918	(363.577)	2.054.340
Provisão para prémios não adquiridos	19.145.056	(166.484)	18.978.572	19.594.073	(436.940)	19.157.133

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.715.084 euros (2012: 1.609.413 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2012: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 10% (2012: 10%) aplicada à provisão para sinistros declarados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é analisada como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	600	-	600
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	863.277	-	863.277	759.135	-	759.135
Assistência	5.909.902	(1.350)	5.908.552	5.335.196	(13.380)	5.321.816
Perda pecuniárias diversas	123.165	(30.558)	92.607	76.200	(26.707)	49.493
Sub-total	6.896.344	(31.908)	6.864.436	6.171.131	(40.087)	6.131.044
Provisão para IBNR	1.715.084	-	1.715.084	1.609.413	-	1.609.413
Provisão para gestão de sinistros	689.634	-	689.634	617.112	-	617.112
Total da provisão para sinistros	9.301.062	(31.908)	9.269.154	8.397.657	(40.087)	8.357.570

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2012 (1)	Sinistros* pagos em 2013 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2013 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	660	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	835.048	439.865	555.517	160.334
Assistência	5.868.715	4.193.472	1.153.198	(522.045)
Perda pecuniárias diversas	83.820	37.682	-	(46.138)
Total	6.788.243	4.671.019	1.708.715	(407.850)

* Sinistros ocorridos no ano de 2012 e anteriores.

	Provisão para sinistros em 31.12.2011 (1)	Sinistros* pagos em 2012 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2012 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	822.297	442.940	365.926	(13.431)
Assistência	4.111.218	3.316.863	921.196	126.841
Perda pecuniárias diversas	72.321	24.126	-	(48.195)
Total	5.005.837	3.783.929	1.287.122	65.215

* Sinistros ocorridos no ano de 2011 e anteriores.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2013 é analisada como segue:

	2013			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.745	667	(722)	1.690
Responsabilidade civil geral	-	64	-	64
Protecção jurídica	574.946	207.959	108.514	891.419
Assistência	30.408.088	10.079.421	736.907	41.224.416
Perda pecuniárias diversas	721.821	210.435	58.706	990.961
Total	31.706.599	10.498.546	903.405	43.108.551

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2012 é analisada como segue:

	2012			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.850	1.356	795	4.001
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	585.017	321.452	(5.670)	900.799
Assistência	27.154.376	10.458.072	1.745.630	39.358.078
Perda pecuniárias diversas	495.877	8.449	22.534	526.861
Total	28.237.121	10.789.328	1.763.290	40.789.740

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é reflectida no passivo.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é analisada como segue:

	2013			2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	247.807	-	247.807	255.083	-	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	247.807	-	247.807	255.083	-	255.083

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2013			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	255.083	(112.917)	105.641	247.807
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	255.083	(112.917)	105.641	247.807

	2012			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	301.205	(204.497)	158.375	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	301.205	(204.497)	158.375	255.083

Conforme descrito na nota 7, no exercício de 2012 foi renegociado um tratado de resseguro sendo revistas as suas condições nomeadamente no que concerne à participação de resultados.

24. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Contas a receber por operações de seguro directo		
Contas em cobrança	936.702	1.004.754
Ajustamentos	(136.029)	(168.200)
	<u>800.673</u>	<u>836.553</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Ressegurados	4.567.749	4.077.585
Resseguradores	108.835	150.914
	(7.975)	-
	<u>4.668.609</u>	<u>4.228.500</u>
Contas a receber por outras operações		
Refacturações a segurados	48.890	51.044
Outros devedores	570.714	927.696
Ajustamentos	(10.051)	(10.051)
	<u>609.553</u>	<u>968.689</u>
TOTAL GERAL	<u><u>6.078.835</u></u>	<u><u>6.033.742</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Argentina no valor de 261.726 Euros (ver nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Brasil e EA Argentina no valor de 317.156 Euros e 182.218 Euros, respectivamente (ver nota 16).

25. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2013 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% (2012: 25%), aplicável à matéria colectável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascende a 1,5% (2012: 1,5%). Adicionalmente, aplica-se a derrama estadual ao lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros à taxa de 3%. A derrama estadual foi criada pela Lei nº 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública, actualmente em vigor no art. 87º A do Código do IRC.

A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGC1, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2013 e 2012, desagrega-se da seguinte forma:

	2013	2012
Imposto do exercício	1.297.184	1.299.622
Imposto diferido	23.425	218.493
Impostos sobre lucros	<u>1.320.609</u>	<u>1.518.116</u>

A taxa de imposto efectiva do exercício ascende a 24,6% (2012: 35,2%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	5.360.350	4.315.591
Taxa nominal (25%) + Derrama (1,5%)	1.420.493	1.143.632
Imposto sobre o rendimento	1.320.609	1.518.116
Corrente	1.297.184	1.299.622
Diferido	23.425	218.493
Taxa efectiva	24,6%	35,2%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	99.884	(374.484)
Tributação autónoma	179.936	265.078
Derrama estadual	73.195	64.784
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	23.425	162.010
Reversão de provisões tributadas	-	(50.107)
Benefícios pós-emprego	-	-
Benefícios fiscais e outros ajustes	(68.864)	(81.209)
Dividendos pagos por filiais	(397.341)	(51.623)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	8.034	87.724
Excesso/Insuficiência de estimativa	14.207	23.339
Outras diferenças permanentes	67.523	(45.511)

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos como segue:

	2013	2012
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(233.057)	(348.978)
Reserva por ganhos e perdas actuariais	-	-
Total de imposto registado em capital próprio	<u>(233.057)</u>	<u>(348.978)</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2013	2012
Imposto corrente	1.297.184	1.299.622
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	23.425	218.493
Total de imposto registado em resultados	1.320.609	1.518.116

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos como segue:

	Impostos correntes			
	Activo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre o rendimento	-	-	338.879	597.634
Retenções de imposto na fonte	-	12.635	508.242	471.385
Contribuições para a Segurança Social	-	-	216.670	237.899
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-	23.045	9.975
Outros impostos e taxas	-	-	95.274	107.075
	-	12.635	1.182.110	1.423.967

Os activos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos como segue:

	2013	Impacto em CP	Impacto em G&P	2012 (reexpresso)	Impacto em CP	Impacto em G&P	2011 (reexpresso)
Impostos diferidos activos							
Provisão para prémios de desempenho	116.958	-	(23.425)	140.383	-	(111.920)	252.303
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	-	-	-	-	(85.827)	-	85.827
Ganhos actuariais (IAS 19) - Reserva	-	-	-	-	-	(144.621)	144.621
Total	116.958	-	(23.425)	140.383	(85.827)	(256.541)	482.751
Impostos diferidos passivos							
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	(233.057)	(115.921)	-	(348.978)	348.978	38.048	(38.048)
Valias potenciais de investimentos em filiais	(16.582.546)	1.691.929	-	(14.890.617)	267.435	-	(14.623.182)
Ganhos actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	(16.815.603)	1.576.008	-	(15.239.595)	616.413	38.048	(14.661.230)
Impacto total em Ganhos e Perdas			(23.425)			(218.493)	
Impacto total em Capital Próprio		(1.576.008)			(702.240)		

26. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisada como segue:

	2013	2012
Acréscimos e diferimentos activos		
Gastos diferidos com rendas	45.815	26.814
Gastos diferidos com seguros	-	12.610
Outros gastos diferidos	80.829	74.805
Outros rendimentos diferidos	2.514	3.790
Total	<u>129.158</u>	<u>118.019</u>
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações	1.617.340	1.638.660
Receita antecipada diferida	383.153	410.722
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados	478.153	417.575
Total	<u>2.478.646</u>	<u>2.466.957</u>

27. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Rubricas	2013		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	63.949.918	63.949.918
Outros investimentos financeiros	38.188.162	-	38.188.162
Outros activos	198.392	7.149.286	7.347.677
	<u>38.386.553</u>	<u>71.099.204</u>	<u>109.485.757</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Rubricas	2012 (reexpresso)		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	57.797.449	57.797.449
Outros investimentos financeiros	38.687.875	-	38.687.875
Outros activos	477.027	7.238.108	7.715.135
	<u>39.164.902</u>	<u>65.035.557</u>	<u>104.200.459</u>

28. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Contribuição para Fundo de Pensões	-	208.235
Prémio de Permanência	76.214	72.575
	<u>76.214</u>	<u>280.810</u>

29. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro - estornos a pagar	36.962	69.747
Mediadores	27.510	63.602
	<u>64.472</u>	<u>133.349</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Resseguradores	2.111	1.619
Ressegurados	-	159
	<u>2.111</u>	<u>1.777</u>
Contas a pagar por outras operações		
ESAF	-	1.327.827
Fornecedores	273.479	274.561
Pessoal	101.882	18.818
Credores diversos	756.496	523.931
	<u>1.131.857</u>	<u>2.145.137</u>
TOTAL	<u>1.198.440</u>	<u>2.280.263</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica “Contas a pagar por outras operações – ESAF” refere-se a operações com títulos pendentes de liquidação.

30. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVLIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

i) Indicação dos objectivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de acções e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A principal fonte de capital utilizada pela Companhia é o capital accionista.

Os requisitos de capital reais e previsionais da Companhia são analisados e reavaliados numa base mensal.

No exercício de 2013 e 2012, a política de gestão de capital da Companhia manteve-se estável, sendo a sua solvabilidade adequada face às responsabilidades assumidas.

A Companhia monitoriza a solvência numa óptica mensal. O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R de 27 de Abril e a Norma Regulamentar 12/2008-R de 30 de Outubro do Instituto de Seguros de Portugal, sendo baseada em informação financeira estatutária.

A Companhia fechou o exercício de 2013 com um montante de Capitais próprios de 59 milhões de euros, valor que é superior ao valor registado em 2012, que se cifrou em 54 milhões de euros.

Esta evolução positiva é explicada pela evolução da reserva de reavaliação dos investimentos financeiros incluídas na rubrica “Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de activos financeiros”.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 520% em 31 de Dezembro de 2013 (2012: 525%).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de acções nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Entidade	Número de acções		
	2013	2012	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	794.991	794.991	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	705.000	47,00%
Martin Vial	3	6	0,00%
Manrico Iachia	3	3	0,00%
Paolo Vagnone	3	-	0,00%
	1.500.000	1.500.000	100,00%

Outros instrumentos de capital

Em 2009, os accionistas da Europ Assistance efectuaram prestações acessórias pecuniárias sujeitas ao regime de prestações suplementares, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes accionistas). As referidas prestações foram aprovadas na acta n.º 21 da Assembleia Geral de 23 de Janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não tem prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos accionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respectivas participações. Este reembolso foi aprovado na acta n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de Julho de 2011. As prestações acessórias efectuadas pelo accionista Banco Espírito Santo transitaram para o accionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura accionista ocorrida em 2011.

Reservas

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva legal ascendia a 947.488 euros (2012: 667.740 euros).

ii) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva de reavaliação ascendia a 61.179.627 euros (2012: 55.464.596 euros).

iii) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

conjuntos e de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. É igualmente registado em capitais próprios o imposto diferido decorrente dos ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido. Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva por impostos diferidos ascendia a (16.815.603) euros (2012: (15.239.595) euros). Ver nota 25.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos e diluídos são os seguintes:

	2013	2012
Resultado líquido atribuível aos accionistas	3.635.767	2.517.727
Número de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas (euros)	<u>2,42</u>	<u>1,68</u>

Dividendos por acção

A Assembleia-Geral de 27 de Março de 2013 deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2012:

Reserva Legal	279.747,50 Euros
Dividendos	2.500.000,00 Euros
Resultados Transitados	17.727,47 Euros

O valor distribuído por acção corresponde a 1,68 euros por acção.

O Conselho de Administração propôs a seguinte aplicação do resultado líquido de 2013:

Reserva Legal	403.974,07 Euros
Dividendos	3.600.000,00 Euros
Resultados Transitados	35.766,63 Euros

O valor proposto por acção corresponde a 1,80 euros por acção.

A aplicação proposta contempla um dividendo antecipado no montante de 900.000 Euros, liquidado durante o exercício de 2013.

31. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.
O Grupo Europ-Assistance é detido pela Assicurazioni Generali Spa, com sede em Itália.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2013:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	108.835	-	100.656
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	(83.522)	157.391	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	(495.491)	534.193	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	11.870.513
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	-	1.192.666	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	3.000.000	-	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	42.120	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	88.350	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	340.111
EA ARGENTINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	261.726	-	106.010
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	38.766

Ano de 2012:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	150.914	-	115.357
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	124.104	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	595.836	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	12.782.327
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	-	1.521.573	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	3.000.000	-	-
Progreddior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	554.007	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	181.094	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	(208.235)	208.235	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	317.156	-	599.134
EA ARGENTINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	182.218	-	106.010
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	39.536

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transacções semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais

Ver nota 8.

32. GESTÃO DOS RISCOS

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à actividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objectivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e accionistas.

A avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos devem ser devidamente planeados, continuamente revistos e documentados. Neste âmbito, é reportado anualmente desde 2008 o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao n.º 1 do art.º 19.º da Norma Regulamentar 14/2005-R, do Instituto de Seguros de Portugal.

Objectivos, políticas e processos de gestão de riscos

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resulta da sua actividade.

A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar uma gestão sã e prudente e, deste modo, pôr em risco os objectivos estratégicos.

Para assegurar a eliminação ou controlo dos riscos, foram definidas as funções de Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

A gestão de riscos está incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Companhia.

A Companhia considera fundamental a criação de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta. Para acautelar a implementação do sistema foram desenvolvidos esforços no sentido de adequar de forma mais eficiente os recursos necessários ao cumprimento dos requisitos e objectivos do sistema de gestão de riscos.

A Europ Assistance, ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via do processo de subscrição, análise e aceitação, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Este processo inclui o estabelecimento de limites, autonomias e regras específicas para a aceitação e aprovação de determinados riscos, sempre que a sua dimensão ou complexidade o exija.

A estratégia de subscrição da Companhia vai no sentido de explorar e diversificar os riscos distribuindo-os pelas diferentes indústrias e regiões geográficas onde opera. A Companhia procura otimizar o valor dos accionistas através do alcance dos seus objectivos de médio prazo em termos de "return on equity". Para que isto seja conseguido, é necessária uma estratégia de subscrição prudente e estável que potencie vantagens competitivas e que evite a assunção de riscos com um nível de volatilidade susceptível de causar rupturas.

Na base do processo de subscrição encontra-se um sólido processo de governação. Este processo inclui a estratégia, o estabelecimento de objectivos, a delegação de autoridades, a monitorização

financeira, as auditorias aos processos de subscrição e às acções correctivas com as quais se pretende levar a cabo os melhoramentos necessários.

Num sentido lato, todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. No entanto, existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, os quais incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
- **Risco de crédito:** risco de incumprimento (default) ou de alteração na qualidade creditícia (rating) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam.
- **Risco de mercado:** deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos activos, resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das acções, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de commodities (ex: petróleo). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do activo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre activos e passivos.
- **Risco de liquidez:** risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos activos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.
- **Risco operacional:** risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.
- **Risco de reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.
- **Risco estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.
- **Risco cambial:** O risco é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco traduz-se essencialmente na exposição resultante das participações detidas pela sua filial

Ponte Alta no Brasil, Argentina e Chile. O impacto das variações no real é reflectido directamente no justo valor da participação.

32.1 RISCOS DE SEGURO

Gestão do risco específico de seguros: Este risco é aplicável a todos os ramos de actividade e pode subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

- **Risco de emissão de prémios e resseguro:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação). Este risco contempla ainda uma correcta avaliação e monitorização das políticas de resseguro aceite e cedido.

- **Risco de Subscrição:** risco associado à identificação e avaliação dos riscos a assumir pela Companhia no âmbito do processo de tarifação: sua adequação tendo por base a experiência de sinistralidade e bases estatísticas. É aqui considerada a monitorização da tarifação através de reportes periódicos onde se afere adequação dos prémios cobrados ou fixados face às responsabilidades / obrigações futuras resultantes desses contratos; e do processo de subscrição: definição das coberturas, limites e condições aplicáveis, tendo em conta os universos cobertos e o tipo de risco definido a subscrever.

Aquando da aceitação do risco, a Companhia rege-se por normas escritas baseadas em análise de indicadores estatísticos da carteira de forma a adequar o preço ao risco.

- **Risco de Provisionamento:** risco associado à avaliação e monitorização das provisões e respectiva adequação. O risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

- **Gestão dos Processos de Sinistro:** risco associado à avaliação e monitorização dos processos de sinistros, ao nível da informação incluída na base de dados face aos objectos cobertos, dispersão na sua localização, confirmação de garantias / coberturas, clausulados actualizados, níveis de serviço contratados. Os impactos associados poderão passar pela fraude, perturbações no decorrer do processo de sinistro, perdas de contratos e penalizações por incumprimento.

	2013		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	21	55	-61,82%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	452.256	434.032	4,20%
Protecção jurídica	1.949	1.821	7,03%
Perdas pecuniárias diversas	1.664	1.198	38,90%
Total	455.890	437.106	4,30%

	2012		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	9	71	0,00%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	419.745	448.165	-6,34%
Protecção jurídica	1.880	1.829	2,79%
Perdas pecuniárias diversas	936	1.281	-26,93%
Total	422.570	451.346	-6,38%

	2013	2012
Número de apólices (Seguro directo)	566	702
Rácio de sinistralidade	81,08%	79,35%

Sendo a actividade da Companhia em 2013 cerca de 93% em resseguro aceite não é possível efectuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2012: 92%).

Análise de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2013	2012
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(2.150)	(2.034)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(751)	(806)

32.2 RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais. As áreas de risco associadas são os intermediários e clientes.

Os procedimentos de gestão de riscos de crédito têm o seu enfoque nos controlos do processo de cobranças e análise de projecto (avaliação do risco de crédito do cliente proposto), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Relativamente às relações com os resseguradores é considerada residual pelo que o risco é também residual. Para além disto o maior ressegurador faz parte do Grupo Europ Assistance (internacional), estando assim assegurada a mitigação de grande parte do risco residual considerado. Efectuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

As relações com os mediadores são residuais (a Companhia comissionou 2,66 % do total de prémios de Seguro Directo em 2013 (2012: 2,85%) e 0,20% do total de prémios brutos emitidos (2012: 0,22%) pelo que consideramos o risco residual.

Contudo efectuam-se com regularidade monitorizações no âmbito das cobranças à evolução dos montantes e a antiguidade das dívidas, mitigando grande parte do risco residual considerado.

A Europ Assistance está exposta ao risco de crédito, essencialmente através das obrigações emitidas pelas contrapartes, que compõem as suas carteiras de títulos, que estão sujeitos ao risco de incumprimento da contraparte. Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações *corporate*, cerca de 68,89% do total (2012: 63,37%).

Ainda de acordo com as normas e directivas de gestão de risco, são identificadas e implementadas medidas correctivas apropriadas relativamente aos investimentos em que existam expectativas de sofrer um corte no rating para níveis abaixo de investment grade.

A política de investimento da Companhia segue as linhas orientadoras definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela empresa-mãe do Grupo (estas últimas integradas num documento designado Group Risk Guidelines (GRG)).

O investimento em activos financeiros por parte da Companhia deve observar os seguintes princípios gerais:

- Salvar um retorno adequado, respeitando a estabilidade financeira e uma gestão sã e prudente da Companhia;
- Privilegiar as transacções sobre activos cotados;
- Respeitar os princípios de dispersão e diversificação;

A política de investimento definida estabelece limites relativos à alocação por categoria de activo, bem como estabelece limites dos investimentos em obrigações por *rating*, moeda, liquidez das emissões, concentração de mercado e taxa de juro.

A implementação e monitorização são asseguradas pela Administração e pela Direcção Administrativa e Financeira. A monitorização do cumprimento da política de investimento é efectuada numa base mensal sendo reportada à empresa-mãe trimestralmente.

Estão igualmente implementadas rotinas para monitorar os limites de exposição ao risco de crédito por emiteente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que, é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Rating	(em milhares de euros)			
	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
AAA	22,07%	6.430	31,19%	9.080
AA	19,33%	5.631	18,59%	5.412
A	37,20%	10.834	31,95%	9.301
BBB	19,93%	5.806	15,99%	4.656
BB	1,46%	426	2,27%	661
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	0,00%	-	0,00%	-
Total	100,00%	29.128	100,00%	29.110

Verificamos acima que cerca de 78,60% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A" (2012: 81,73%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

A diversificação dos activos financeiros por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontra-se apresentada conforme segue:

(em milhares de euros)

Sector de actividade	Activos Financeiros disponíveis para venda					
	2013			2012		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	0,00%	-	-	2,33%	781	-
Bens Consumíveis	3,58%	1.240	-	0,00%	-	-
Energia	3,13%	1.083	-	7,38%	2.474	-
Financeiro	40,56%	14.043	-	30,80%	10.324	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Dívida Publica	13,37%	4.629	-	14,90%	4.993	-
Industrial	16,34%	5.659	-	18,20%	6.100	-
Medicina	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	9,83%	3.405	-	13,96%	4.680	-
Outros	13,18%	4.562	-	12,42%	4.163	-
Total	100,00%	34.621	-	100,00%	33.514	-

A exposição à dívida publica por País é analisada como se segue:

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2013	Peso
Alemanha	3.151.815	68,08%
Finlandia	1.166.836	25,20%
Itália	310.898	6,72%
Total	4.629.550	100,00%

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2012	Peso
Alemanha	3.476.844	69,64%
Finlandia	1.216.804	24,37%
Itália	298.966	5,99%
Total	4.992.614	100,00%

Risco de Mercado

Este risco está associado à gestão de activos (investimentos) definida pela companhia e relacionados com variações nos mercados. Na óptica da companhia este risco de mercado decompõe-se em risco de acções, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está reflectida no contrato celebrado com a ESAF (Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA) para a Gestão de Activos e é claramente expresso como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes. Não são efectuados quaisquer investimentos que confirmem exposição directa ou indirecta ao mercado imobiliário, pelo que, não há exposição ao risco imobiliário.

Ao longo do ano de 2013 a duração dos activos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das acções e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados accionistas poderão afectar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os activos líquidos e a situação do Capital perante a entidade Reguladora, nomeadamente através da Margem de Solvência. Adicionalmente, poderá ter efeitos colaterais nas restantes classes de activos, como fundos de imóveis, empresas cotadas do sector, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

De acordo com a IFRS 13, os activos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado directamente com referência a um mercado oficial activo.

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, A Europ Assistance, detém os seguintes activos financeiros ao justo valor classificados de acordo com os seguintes níveis:

	31-12-2013		
	Nível 1	Nível 3	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	63.949.918	63.949.918
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	4.629.550	-	4.629.550
De outros emissores públicos	4.452.213	-	4.452.213
De outros emissores	20.046.114	-	20.046.114
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	4.561.849	931.677	5.493.526
	<u>33.689.726</u>	<u>931.677</u>	<u>34.621.403</u>
	<u>33.689.726</u>	<u>64.881.595</u>	<u>98.571.321</u>
	31-12-2012		
	Nível 1	Nível 3	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	57.797.449	57.797.449
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	4.992.614	-	4.992.614
De outros emissores públicos	5.752.384	-	5.752.384
De outros emissores	18.605.454	-	18.605.454
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.273.878	889.320	4.163.198
	<u>32.624.330</u>	<u>889.320</u>	<u>33.513.650</u>
	<u>32.624.330</u>	<u>58.686.769</u>	<u>91.311.099</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012 o movimento ocorrido nos Activos financeiros classificados como Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos cuja valorização é efectuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	Total
Custo de aquisição	249.750	3.400.000	3.649.750
Alteração de política contabilística (IAS 8)	4.131.500	49.043.709	53.175.209
Valor de balanço em 01 de Janeiro de 2012	4.381.250	52.443.709	56.824.959
Variações no justo valor	755.216	217.274	972.490
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2012	5.136.466	52.660.983	57.797.449
Variações no justo valor	(763.413)	6.915.882	6.152.469
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2013	4.373.053	59.576.865	63.949.918

No exercício de 2013, a Companhia optou por valorizar os seus investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor. Os activos detidos nesta categoria não dispõem de mercado oficial activo, de modo que a sua valorização foi efectuada através de técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Na avaliação do justo valor foi adoptado o *Income Approach*, baseado na metodologia do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente.

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados é uma sociedade anónima situada em Portugal que tem por objecto a prestação de serviços de assistência personalizados, a pessoas ou empresas, no domínio da assistência no lar, na empresa e em viagem (principalmente automóvel) e em quaisquer outras circunstâncias, bem como a prestação de serviços de atendimento telefónico e o fornecimento de produtos e a execução de trabalhos que se afigurem conexos ou complementares com a referida assistência. No período em análise foram utilizadas as seguintes taxas de desconto e de crescimento na perpetuidade:

	2013	2012	2011
Taxa de desconto	11,24%	11,80%	10,99%
Taxa de crescimento na perpétuidade	1,50%	1,00%	1,50%

A Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. tem como objecto a gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. A sociedade poderá livremente adquirir participações em quaisquer sociedades, designadamente em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se a outras entidades através da participação em agrupamentos complementares de empresas (ACE's), consórcios ou outras formas de associação, como tal a sua avaliação resulta essencialmente da valorização atribuída às empresas detidas.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Por forma a determinar o justo valor da Ponte Alta foram efectuadas avaliações a cada uma das suas participadas, tendo sido aplicados os seguintes pressupostos:

	2013	2012	2011
Taxa de desconto			
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A.	16,73%	16,72%	16,00%
CEABS Serviços S.A.	15,44%	15,38%	17,46%
Europ Assistance Argentina S.A.	22,99%	22,87%	21,67%
Europ Assistance Chile Y Filial S.A.	8,75%	8,91%	9,96%
Europ Assistance (Macau), LDA.	a)	a)	a)
Taxa de crescimento na perpétuidade			
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A.	8,33%	8,80%	7,93%
CEABS Serviços S.A.	4,50%	4,50%	4,50%
Europ Assistance Argentina S.A.	10%	10%	10%
Europ Assistance Chile Y Filial S.A.	3%	3%	3%
Europ Assistance (Macau), LDA.	a)	a)	a)

a) A Europ Assistance (Macau), Lda. não teve qualquer actividade até ao final de 2013, pelo que o valor de avaliação considerado consiste no valor actual dos seus valores de Depósitos bancários e caixa.

Análise de sensibilidade à alteração de 200 basis points nas taxas de desconto utilizadas na valorização dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

	2013	2012	2011
Impacto de uma redução de -2% na taxa de desconto			
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	131.003	198.601	234.389
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	18.449.706	17.796.216	20.130.029
	<u>18.580.709</u>	<u>17.994.817</u>	<u>20.364.418</u>
Impacto de um aumento de 2% na taxa de desconto			
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	(120.501)	(179.995)	(211.305)
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	(11.409.809)	(10.719.793)	(11.348.817)
	<u>(11.530.309)</u>	<u>(10.899.788)</u>	<u>(11.560.122)</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012 o movimento ocorrido nos Activos financeiros classificados como disponíveis para venda cuja valorização é efectuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 01 de Janeiro de 2012	11	831.799
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	57.521
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>11</u>	<u>889.320</u>
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	42.357
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>11</u>	<u>931.677</u>

O investimento classificado como nível 3 reflecte a detenção de unidades de participação no fundo de investimento Nova Energia Sicar, a valorização deste activo é comunicada pela entidade gestora do fundo.

No exercício de 2013 e 2012 não ocorreram transferências de activos financeiros entre os diferentes níveis.

Relativamente à composição de activos cuja moeda não é euro (dólar norte americano) em 2013 é de 9,75% (2012: 9%) do total da carteira de investimentos.

Análises de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros) Impacto nas reservas de Justo Valor antes de impostos	
		2013	2012
Acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-	-
Fundos de acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(312)	(189)

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas.

As análises consideradas não reflectem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais servindo apenas para avaliar a susceptibilidade das carteiras de activos aos choques considerados.

Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os activos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros) Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Impostos	
		2013	2012
Taxa de Juro	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	(484)	(731)

Risco de taxa de câmbio

A Companhia encontra-se exposta a este risco essencialmente através dos investimentos detidos através da sua filial Ponte Alta – SGPS, Unipessoal, Lda..

Análise de sensibilidade à desvalorização generalizada das taxas de câmbios a que os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos se encontram expostos:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros) Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Impostos	
		2013	2012
Taxa de Câmbio	Desvalorização generalizada de 10% de taxas de câmbio associadas aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(5.413)	(4.784)

Riscos de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão de riscos de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspectiva de liquidez), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

A existência de uma desadequação entre os valores de activos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise da liquidez:

	2013	Var %	2012
Liquidez (1)	1,07	2,77%	1,04

(1) Rácio da liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o activo disponível a curto prazo, ou seja a relação entre o total do Passivo e o somatório dos investimentos, os depósitos bancários e caixa.

32.3 OUTROS RISCOS

Gestão do risco operacional: Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. As áreas de risco associadas são os Recursos Humanos, os fornecedores, a prevenção do branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro, o plano de contingência do negócio e as tecnologias de informação, tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Em 2013 a taxa de saída de empregados foi de 5,59, apresentando um decréscimo de 19,34% relativamente a 2012 (6,93). A taxa de absentismo em 2013 foi de 2,65, apresentando um acréscimo de 10,42% relativamente a 2012 (2,40). O número de empregados decresceu 4,26% face a 2012, situando-se nos 315, em 31 de Dezembro de 2013.

	2013	2012	Variação percentual
Rátios de recursos humanos			
Taxa de saída	5,59	6,93	-19,34%
Taxa de absentismo	2,65	2,40	10,42%
Nº médio de empregados	322	335	-3,88%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	23.319	24.048	-3,03%
Despesas gerais / Resultados Líquidos	1,86	2,88	-35,46%
Despesas gerais / Prémios	14,33%	15,38%	-6,82%

Gestão do risco estratégico: riscos associados à estratégia, política e gestão de investimentos definida pela empresa. Como áreas de risco estão definidas o ambiente concorrencial e o ambiente legal.

Os procedimentos de gestão de riscos de mercado têm o seu enfoque nos controlos dos processos de ambiente concorrencial (análise concorrencial e quota de mercado), estratégia comercial e enquadramento legal e regulatório, tendo sido desenvolvidos as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

No exercício de 2013 verifica-se um acréscimo das vendas no mercado automóvel (12%). No mercado segurador observa-se um crescimento de 31,81% no ramo Vida e uma ligeira queda de 4,01% nos ramos não Vida.

fonte: Acap

	2013*	Varição percentual	2012	Varição percentual	2011
Total mercado automóvel	126.684	12%	113.411	-41%	191.362

* Valores provisórios

Quadro 1 - Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

fonte: ISP

Valores expressos em milhões de Euros

	2013*	Varição percentual	2012*	Varição percentual	2011
Vida	9.245	31,81%	7.014	-6,89%	7.533
Não Vida	3.858	-4,01%	4.019	-2,33%	4.115
TOTAL	13.103	27,80%	11.033	-9,22%	11.648

* Valores provisórios

Quadro 2 - Produção* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2013*	Varição percentual	2012*	Varição percentual	2011
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	511.158	-8,05%	555.892	-10,61%	621.878
Doença	570.554	3,23%	552.697	3,22%	535.470
Acidentes (outros)	150.749	-1,91%	153.687	4,84%	146.595
Incêndio e Outros Danos	760.470	-0,86%	767.038	-0,22%	768.766
Automóvel	1.478.229	-5,81%	1.569.405	-5,40%	1.658.962
Marítimo e Transportes	31.611	-1,24%	32.009	16,03%	27.588
Aéreo	7.326	-11,15%	8.245	-27,53%	11.377
Mercadorias Transportadas	24.677	-1,02%	24.931	-5,57%	26.401
Responsabilidade Civil Geral	106.324	-6,62%	113.857	-0,18%	114.061
Diversos	217.205	-10,01%	241.364	18,33%	203.982
TOTAL	3.858.303	-4,00%	4.019.125	-2,33%	4.115.080

* Valores provisórios

Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2013*	Peso	2012*	Peso	2011
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	513.535	13,15%	557.811	13,74%	621.878
Doença	572.060	14,64%	554.002	13,64%	535.470
Acidentes (outros)	156.225	4,00%	157.685	3,88%	146.595
Incêndio e Outros Danos	776.065	19,87%	785.616	19,35%	768.766
Automóvel	1.485.472	38,03%	1.572.535	38,73%	1.658.962
Marítimo e Transportes	31.609	0,81%	32.131	0,79%	27.588
Aéreo	7.341	0,19%	8.260	0,20%	11.377
Mercadorias Transportadas	24.983	0,64%	25.235	0,62%	26.401
Responsabilidade Civil Geral	108.676	2,78%	116.563	2,87%	114.061
Diversos	230.473	5,90%	250.902	6,18%	203.982
TOTAL	3.906.439	100,00%	4.060.740	100,00%	4.115.080

* Valores provisórios

fonte: ISP / APS / Benchmark's

Quota de Mercado (Assistência)	2013 Proj	2012	Var %	2011	Var %
Europ Assistance	35%	35%	0,0%	34%	2,9%
Cares	30%	30%	0,0%	32%	-6,3%
Inter Partner	12%	12%	0,0%	10%	20,0%
Mondial Assistance	7%	8%	-12,5%	8%	0,0%
	84%	85%	-1,2%	84%	1,2%

33. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2013 e 2012 apresenta-se de seguida:

	2013	2012 (reexpresso)	2012
Capital	7.500.000	7.500.000	7.500.000
Reservas	48.311.512	43.892.742	4.635.660
Resultados Transitados	89.566	71.839	71.839
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	439.741	297.475	297.475
Valor de Balanço	56.340.819	51.762.056	12.504.974
Ajustamentos	(68.228)	(84.304)	(84.304)
Margem de Solvência disponível	56.272.591	51.677.752	12.420.670
Margem de Solvência requerida	10.824.757	9.767.620	9.767.620
Rácio de Solvência	519,85%	529,07%	127,16%

O crescimento do rácio de solvência deve-se fundamentalmente à alteração da política contabilística relativa aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. O impacto do aumento do Capital Próprio decorrente da classificação ao justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos gera um impacto positivo na Reserva de reavaliação em 2013 e 2012 no montante de 43.717.622 euros e 39.257.082 euros, respectivamente.

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver, até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação.

34. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respectivamente de 810.137 euros para Locarent e Leaseplan (2012: 842.239 euros) e 393.206 euros para HP Finance (2012: 391.584 euros).

	2013		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	810.137	187.560	136.605
Equipamento Informático	393.206	98.127	63.160
Total	1.203.343	285.687	199.766
	2012		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	842.239	199.159	258.481
Equipamento Informático	391.584	140.344	164.533
Total	1.233.823	339.503	423.014

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

36. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013.

36.1 - REVISÕES, ALTERAÇÕES E MELHORIAS NAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ENDOSSADAS PELA UE COM EFEITOS NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES ADOPTADAS PELA EMPRESA/GRUPO

IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

A norma deve ser aplicada prospectivamente.

Da aplicação desta norma resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao nível das divulgações.

36.2 - REVISÕES, ALTERAÇÕES E MELHORIAS NAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ENDOSSADAS PELA UE SEM EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA/GRUPO

IFRS 7 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros (Emenda)

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Emenda)

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciables que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à

responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.

- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

A norma revista deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultam impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de activos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

36.3 - NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2013 e que a empresa/grupo não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação), os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de

cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

A Companhia antecipa que esta norma terá impactos relevantes os quais ainda não foram razoavelmente estimados.

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os

períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao porfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Títulos Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
921 074 194 651	E.A.-Serviços de Assistência Personalizados,S.A.	49.950	5	100%	5,00	249.750	87,55	4.373.053
971 052 990 451	Ponte Alta-SGPS Unipessoal,Lda	-	400.000	100%	3.400.000,00	3.400.000	59.576.865,00	59.576.865
	sub-total	49.950				3.649.750		63.949.918
	total	49.950				3.649.750		63.949.918
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYESPLM0000	ES TESOURARIA ATIVA	83.158	1		7,58	630.490	7,58	630.595
	sub-total	83.158				630.490		630.595
	sub-total	83.158				630.490		630.595
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
XS0586598350	ELEPOR5.875 11-02/16	135.000	1		1,00	134.680	1,12	151.848
PTPTIHOT0014	PTIPL 5.375 13-05/20	100.000	1		1,00	100.018	1,07	106.839
XS0982774399	RENEPL 4.75 13-10/20	160.000	1		1,00	159.752	1,05	167.595
	sub-total	395.000				394.450		426.282
	sub-total	395.000				394.450		426.282
	total	478.158				1.024.940		1.056.877
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0091443829	ES-EUROPEAN EQ EUR	17.735	1		82	1.459.999	95,08	1.686.216
LU0181996454	FRANK TEMP ASIA-I AC	29.116	1		26	768.292	23,67	689.324
LU0238483688	BLUEBAY-EMER MK LO	6.905	1		119	820.212	116,85	806.867
US78462F1030	STANDARD&POORS DEP	5.600	1		113	634.467	133,72	748.847
LU0296922973	NOVA ENERGIA SICAR	11	50.000		53.699	576.405	86.796,81	931.677
	sub-total	59.367				4.259.375		4.862.931
	sub-total	59.367				4.259.375		4.862.931
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
FI4000047089	RFGB1.625 12-09/22	1.200.000	1		0,99	1.190.085	0,97	1.166.836
DE0001135457	DBR 2.25 11-09/21	2.230.000	1		1,04	2.321.297	1,06	2.363.407
IT0004809809	CCTS Float 06/15/17	300.000	1		0,97	290.739	1,04	310.898
DE0001102309	DBR 1.5 13-02/23	800.000	1		1,01	806.199	0,99	788.408
	sub-total	4.530.000				4.608.320		4.629.550
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS0676294696	EIB 2.75 11-09/2021	1.000.000	1		1,02	1.021.510	1,06	1.063.662
EU000A1G0AK5	EFSS 2 12-05/2017	800.000	1		1,00	802.192	1,05	841.642
EU000A1GV187	EU 2.375 11-10/2018	1.000.000	1		1,03	1.028.510	1,07	1.067.656
XS0671138377	COE 2.875 11-08/21	400.000	1		0,99	397.778	1,08	431.712
DE000A1MBB62	KFW 1.875 12-03/2019	1.000.000	1		1,00	998.578	1,05	1.047.542
	sub-total	4.200.000				4.248.567		4.452.213
	2.2.2.3 - De outros emissores							
FR0011156017	AUCHAN 3 11-12/2016	400.000	1		1,00	399.674	1,06	424.113
DE000A1MA9K8	MEOGR 3.375 12-03/19	300.000	1		1,02	306.223	1,09	326.179
XS0789283792	AALLN 2.75 12-06/19	250.000	1		0,99	247.850	1,02	254.046
XS0747743937	BPLN 2.177 12-02/16	500.000	1		1,00	500.003	1,05	523.428
FR0011119460	SUFP 3.5 11-01/19	300.000	1		0,99	298.308	1,11	333.012
XS0819738492	BNP 2.5 12-08/19	400.000	1		1,00	398.513	1,04	415.110
XS0820869948	KBC 3 12-08/16	300.000	1		1,00	299.228	1,06	316.876
FR0011347608	SAGESS 1.75 12-10/19	500.000	1		1,00	498.072	1,01	504.943
XS0229840474	Deutsche Bk 09/22/15	300.000	1		0,97	289.595	0,99	298.005
XS0857215346	XTALN 2.375 12-11/18	300.000	1		1,00	299.017	1,01	303.970
XS0866278921	CAPP 1.875 12-12/17	300.000	1		1,00	299.065	1,01	303.653
XS0245166367	Ge Cap Eur Fund /16	500.000	1		0,99	493.241	0,99	497.180
XS0901370691	MS 2.25 13-03/2018	500.000	1		0,99	496.238	1,03	515.637
XS0828235225	LINGR 1.75 12-09/20\	300.000	1		1,02	304.875	0,99	296.257
FR0011485275	ARRFP Float 13-01/16	300.000	1		1,00	300.067	1,01	302.844
XS0927517911	VW Float 13-05/16	500.000	1		1,00	499.703	1,00	501.222
XS0230370339	HSBC Float 09/20	400.000	1		0,97	387.265	0,97	389.507
USG81877AB17	SINOPE 1.875 13-04/18	300.000	1		0,77	230.100	0,71	211.753
XS0925003732	EIBKOR 2 13-04/2020	500.000	1		1,00	499.473	0,98	489.592
XS0931455777	VLVY FL 13-05/2016	300.000	1		1,00	300.009	1,01	301.972
XS0937887379	NOMURA 1.875 13-05/18	500.000	1		0,97	485.903	0,99	495.448
FR0011536614	VIVFP 2.375 13-01/19	600.000	1		1,00	597.601	1,01	604.540
XS0503833344	CBAAU Float 06/01/16	400.000	1		0,98	392.908	0,98	391.694
XS0301885603	JPM Float 07-05/17	500.000	1		0,98	489.819	0,99	493.710
XS0956253636	ABNANVFloat 13-08/16	400.000	1		1,00	400.061	1,00	401.423
XS0211034466	Goldman Sachs 02/15	400.000	1		1,00	399.499	1,00	399.935
XS0303074883	Citigroup Var 05/17	350.000	1		0,96	335.647	0,97	340.561
DE0001397081	DPB Float 11/15	350.000	1		0,98	344.565	0,99	348.166
FR0010469858	Cred.Logement 06/17	500.000	1		0,96	480.876	0,97	487.079
XS0965489239	SPAROG2.125 13-02/19	500.000	1		1,00	498.045	1,00	501.938
DE000A1TNK78	DAIGR Float 13-10/16	500.000	1		1,00	500.086	1,00	500.609
XS0969365591	KBC 2.125 13-09/18	400.000	1		1,00	399.132	0,98	393.704
USU65478AJ57	NSANY Float 13-09/16	370.000	1		0,74	274.016	0,73	269.610
XS0976558634	ANZ Float 13-10/16	500.000	1		1,00	500.270	1,00	500.018
XS0982246372	LLOYDSFloat 13-10/15	500.000	1		1,00	499.813	1,00	500.801
XS0983548321	CBAAU Float 13-10/16	400.000	1		1,00	399.996	1,00	399.917
XS0989165716	BMO FL 13-11/16	400.000	1		1,00	400.030	1,00	400.305
XS0995417846	STANLN1.625 13-11/18	500.000	1		1,00	497.576	0,98	492.173
XS0995382446	SLB 1.5 13-03/2019	500.000	1		1,00	499.362	0,99	496.427
XS0993228294	DSM 1.75 13-11/19	400.000	1		1,00	399.836	0,99	397.197
XS0993219970	BNPFloat 13-11/15	405.000	1		1,00	404.876	1,00	405.158
XS0993266625	GIS 2.1 13-11/20	400.000	1		1,00	399.915	0,99	395.811
XS0994949567	RABOBKFloat 13-11/16	500.000	1		1,00	500.032	1,00	500.114

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
XS0282583722	Morgan Stanley 01/17	350.000	1		0,98	344.505	0,99	345.473
XS096734868	OMVAV 1.75 13-11/19	300.000	1		1,00	298.516	1,00	298.520
XS1000208154	NYKRE FL 13-06/16	400.000	1		1,00	399.772	1,00	399.684
XS1003241996	MDLZ Float 06/15	300.000	1		1,00	300.005	1,00	301.008
XS0306992545	INTNED Float 07/17	425.000				305.906		297.721
XS0938722237	GLENLN Float 16	487.000	1		0,74	357.963	0,72	351.790
	sub-total	19.987.000				19.453.048		19.619.832
	sub-total	28.717.000				28.309.935		28.701.595
	total	28.776.367				32.569.310		33.564.526
	3 - TOTAL GERAL	29.304.475				37.244.000		98.571.321

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 ** (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	600	-	-	(600)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	759.135	439.865	505.016	185.746
ASSISTÊNCIA	5.335.196	4.193.472	1.048.362	(93.363)
DIVERSOS	76.200	37.682	-	(38.518)
TOTAL	6.171.131	4.671.019	1.553.377	53.265
TOTAL GERAL	6.171.131	4.671.019	1.553.377	53.265

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

** Este valor não inclui a Provisão para custo de gestão de sinistros no montante de 617.112 euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	1.625	667	(728)	1.564
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	64	-	64
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	425	(344)	81
ASSISTÊNCIA	1.346.009	524.728	(104.733)	1.766.004
DIVERSOS	715.938	209.014	61.539	986.492
TOTAL	2.063.572	734.898	(44.265)	2.754.205
RESSEGURO ACEITE	29.643.028	9.763.647	947.670	40.354.346
TOTAL GERAL	31.706.600	10.498.546	903.405	43.108.551

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	13.545	13.036	1.564	1.245	(9.282)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.322	2.234	64	160	(1.874)
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	2.386	2.390	81	458	-
ASSISTÊNCIA	2.747.479	3.027.152	1.766.004	548.381	(58.310)
DIVERSOS	1.124.803	1.372.721	986.492	12.314	(111.490)
TOTAL	3.890.536	4.417.532	2.754.205	562.559	(180.957)
RESSEGURO ACEITE	48.519.553	48.752.520	40.354.346	6.946.222	(40)
TOTAL GERAL	52.410.088	53.170.052	43.108.551	7.508.781	(180.996)

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de activo de 109.485.757 Euros e um total de capital próprio de 59.040.819 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.039.741 Euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para a situação seguinte:



9.1 Conforme divulgado na Nota 2, no exercício de 2013, a Companhia alterou a política de mensuração de investimentos em filiais, passando a valorizar estes investimentos ao justo valor, tendo procedido à sua aplicação retrospectiva, com reexpressão do período comparativo. O impacto desta reexpressão traduziu-se num aumento do capital próprio da Companhia em 1 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012 nos montantes de 38.552.027 Euros e 39.257.082 Euros, respectivamente, após considerado o efeito fiscal.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Ana Salcedas', is written over a horizontal line.

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

De acordo com as disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V. Exas., o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais, os quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa, bem como os correspondentes Anexos e Notas, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, EA ou Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente, durante o exercício de 2013, de forma pormenorizada e no âmbito das competências que lhe foram confiadas, o funcionamento da Sociedade, tendo, designadamente, realizado reuniões pontuais, com membros do Conselho de Administração, sempre que aquelas se afiguraram pertinentes, e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes, ocorridos no exercício.

Cumpre relevar o notório empenho, disponibilidade e colaboração sempre patenteadas pelo Conselho de Administração, e também pela Direcção Financeira, que prestaram, sem excepção, todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo

Conselho Fiscal, respondendo de forma cabal a todas as questões que foram suscitadas, ao longo do período.

Apesar do contexto macroeconómico e sectorial bastante adverso – a actividade económica contraíu cerca de 1,5% e a actividade seguradora nos Ramos Não Vida apresentou uma quebra de aproximadamente 3,1% – a EA cumpriu com os principais objectivos definidos para o exercício fiscal de 2013, facto com o qual o Conselho Fiscal se congratula.

Nesta conformidade, a Empresa manteve a liderança do mercado de assistência em Portugal, bem como o nível de produção. Ademais, foi alcançada uma melhoria dos níveis de rentabilidade, que permitiram uma adequada remuneração dos accionistas.

O volume de prémios brutos emitidos ascendeu a € 52,4 milhões (em linha com o exercício precedente), tendo o montante de prémios adquiridos líquidos de resseguro, conhecido um incremento de 3,2% em relação a 2012, cifrando-se em € 52,9 milhões.

O resultado líquido do exercício foi ligeiramente superior a € 4 milhões, traduzindo um crescimento homólogo de cerca de 44%.

Manteve-se a política de racionalização de gastos de exploração e de optimização de recursos, que muito contribuiu para os resultados acima assinalados. A estratégia de investimentos pautou-se, em linha com o sucedido no passado, pelo princípio da prudência, privilegiando uma cuidadosa avaliação do risco associado aos activos.



2

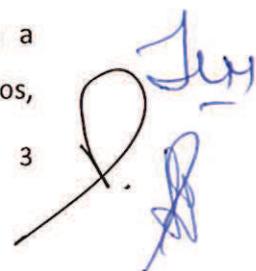
Em relação aos principais elementos sobre a posição financeira da Empresa, destaca-se o crescimento de 5,1% do valor total do activo líquido, entre os exercícios de 2012 e 2013, tendo o seu valor ascendido a € 109,5 milhões, no final do período ora em apreço, o qual resultou também do efeito da alteração da política de mensuração de investimentos em filiais ao justo valor, situação que se encontra devidamente divulgada nos documentos de prestação de contas.

No âmbito das nossas funções, efectuámos as verificações consideradas pertinentes e adequadas. Examinámos a Demonstração da Posição Financeira, em 31 de Dezembro de 2013, a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como os correspondentes Anexos e Notas.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2013, documento preparado oportunamente pelo Conselho de Administração, constatando que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e aprofunda os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da empresa, no exercício.

Apreciámos igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação de Legal das Contas Individuais, relativa ao exercício de 2013, datada de 14 de Fevereiro de 2014, emitida sem reservas, mas com uma ênfase, com cujo conteúdo concordamos, pela Senhora Dr.ª Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, Revisor Oficial de Contas, representante da Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..

Os documentos de prestação de contas individuais, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Individuais, com cujo conteúdo concordamos,



possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da EA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Ademais, os critérios valorimétricos utilizados merecem também a nossa concordância.

Como resultado das acções de fiscalização levadas a efeito, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os correspondentes Anexos e Notas, bem como a proposta de aplicação do resultado líquido, tal como apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar, uma vez mais, o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direcção Financeira, pela colaboração que foi prestada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2013

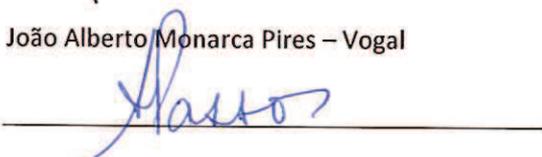
O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro - Presidente



João Alberto Monarca Pires – Vogal



Adelaide Odete Santos Botelho Passos - Vogal



Europ Assistance Portugal

Av. Columbano Bordalo Pinheiro 75, 10º andar
1070-061 Lisboa

www.europ-assistance.pt